

FREGUESIA DA GLORIOSA SENHORA SANTA ANA DO SERIDÓ:

HISTORICIDADE E PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO

Helder Alexandre Medeiros de Macedo *

RESUMO

O objetivo desse texto é reconstituir o processo histórico de produção do território da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, que era formada por ribeiras das Capitanias do Rio Grande e Paraíba, ocupadas pela pecuária desde o fim do século XVII, no contexto da ocidentalização.

Palavras-chave

Seridó – Território – Freguesia de Santa Ana

ABSTRACT

The purpose of this text is reconstructing the historical process of production of the territory of parish's glorious Lady Santa Ana of Seridó territory, wich was formed by a Capitaincy's of Rio Grande do Norte and Paraíba riversides. Occupied by cattle-raising since the end of XVII century according to the viewpoint of Occidentalization.

Key-words

Seridó – Territory – Parish's Lady Santa Ana

INTRODUÇÃO

A conquista do sertão da Capitania do Rio Grande, que teve como cerne a expansão da empresa pecuarística vinda do litoral, se processou no contexto de um amplo fenômeno, de escala global, o da ocidentalização, no qual as relações entre os luso-brasílicos e os nativos foram acentuadas. Entendemos ocidentalização, adotando a perspectiva de análise de Serge Gruzinski, como o processo de ocupação das terras situadas na outra margem do Atlântico pelas potências

* Mestre em História – UFRN

mercantilistas da Europa Ocidental, que acarretou a conquista das almas, dos corpos e dos territórios do Novo Mundo (GRUZINSKI, 2001, p. 63).

Esse processo, a partir do final do século XV, produz, no solo americano, mestiçagens entre seres humanos, imaginários e formas de vida oriundas das quatro partes do mundo –

da própria América, da Europa, da África e da Ásia (GRUZINSKI, 2001, p. 62). As mestiçagens, assim, transformam a vida das populações nativas que habitavam na colônia portuguesa na América. A ocidentalização, de modo mais amplo, contribui, numa época de intensa circulação planetária de pessoas¹, para a construção de territórios coloniais e de mediações culturais entre os diferentes grupos sociais que aí transitam. Interessa-nos, neste texto, discutir a produção de um desses territórios coloniais, o da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (daqui em diante chamada de Freguesia do Seridó), que ficava situada geograficamente entre as Capitanias da Paraíba e Rio Grande. Inicialmente discutimos a utilização do conceito de território e sua aplicabilidade para o período colonial no âmbito da Capitania do Rio Grande. Posteriormente traçamos um panorama das diversas cartografias administrativas traçadas historicamente para favorecer o controle do território pelas autoridades coloniais no sertão do Rio Grande, para, logo após, tratarmos das questões ligadas à produção do território da Freguesia do Seridó.

TERRITÓRIO: QUESTÕES TEÓRICAS

O território e sua vinculação com o espaço têm sido amplamente discutidos do ponto de vista epistemológico no âmbito das ciências humanas e sociais (CORRÊA, 2001; CASTRO e MARQUES, 2005; GODOY, 2004). O geógrafo francês Claude Raffestin, em sua conceituação, enuncia que o território é formado a partir do espaço, sendo resultante de uma ação conduzida por um determinado ator ou grupo social em qualquer nível, uma apropriação que leva à territorialização do espaço. O espaço aparece, portanto, como pré-existente, necessitando de uma

¹ Segundo Serge Gruzinski (apud IVO, 2005, p. 3), “A mobilização de homens – descobridores, conquistadores, missionários, burocratas, mercadores e aventureiros – circulando pelas *quatro partes do mundo* não é algo novo no mundo lusitano. Desde o século XVI, milhares de pessoas transitam em escala planetária, o mundo assiste às aventuras de portugueses e espanhóis que não se limitam em se deslocar da Europa para a América: as frotas ibéricas percorrem toda a superfície da terra”.

intenção de apoderamento, possibilitada pela existência de relações de poder, por parte de um grupo social para que possa, assim *produzido*, transformar-se em território (RAFFESTIN, 1993, p. 143-5).

A anterioridade do espaço ao território e a existência de relações de poder também está presente na forma de abordar o conceito pelo geógrafo Marcelo José Lopes de Souza. Este afirma que o território é “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2001, p.78), não necessariamente sendo representado apenas pela sua forma grandiloqüente da *nação*, mas, também como aparece com mais cadência na formulação de Claude Raffestin. Assim, os territórios existem e são construídos nas mais diversas escalas temporais e espaciais, podendo ter um caráter permanente, mas, também, cíclico ou periódico (SOUZA, 2001, p. 81)².

O geógrafo Rogério Haesbaert, embora tome como referência um enfoque cultural (HAESBAERT, 1995) do território, ao estudar a desterritorialização e a identidade entre a rede de gaúchos no Nordeste contemporâneo, propõe a retomada de diversos tipos de enunciação do conceito, admitindo que a sua formulação depende, fundamentalmente, da posição filosófica a que estiver agregado o pesquisador. Mapeando os seus usos nas ciências sociais, Rogério Haesbaert conseguiu agrupar as diferentes concepções de território em dois referenciais teóricos. O primeiro, que parte da compreensão do binômio materialismo e idealismo, distribuído numa visão mais totalizante (a vinculação da sociedade com a natureza) e noutra mais parcial do território (a vinculação da sociedade com as estruturas econômicas, políticas e/ou culturais). O segundo, que preocupa-se com a historicidade do conceito, ao indagar sobre sua abrangência histórica (seria uma condição geral de qualquer sociedade, ou seria historicamente circunscrito a determinados períodos ou grupos sociais?) e sobre seu caráter mais absoluto ou relacional (seria representado como uma “coisa” ou objeto ou como relação?) (HAESBAERT, 2002, p. 18-9). Ao discorrer sobre o segundo grupo de aportes teóricos, Rogério Haesbaert expõe que, ao considerar-se o território como indissociável da reprodução dos grupos sociais – na medida em que as relações

² Marcelo Lopes de Souza propõe, também, a enunciação do termo *territorialidade*, ambíguo, em sua opinião, na abordagem de Raffestin, e que ele propõe seja tratado em duas formas: no singular, para remeter à abstração “das relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” e no plural, para designar os tipos em que podem ser classificados os territórios pelas suas propriedades e dinâmica (2001, p. 99)

entre esses grupos são espacial ou geograficamente mediadas –, podemos estender o conceito “a qualquer tipo de sociedade, em qualquer momento histórico”. Ou seja, trata-se da noção mais ampla de território, definida, antes de tudo, pelas relações sociais ou culturais em que está mergulhada (HAESBAERT, 2002, p. 25).

Essa postura, que reflete um entendimento mais amplo do território, foi assumida pelo geógrafo Antonio Carlos Robert de Moraes ao estudar as bases da formação territorial do Brasil no período colonial, especificamente, no século XVI. Epistemologicamente parte da categoria de espaço, considerada vaga, para a precisão do conceito de território: enuncia que a valorização do espaço é um processo historicamente identificado de formação de um território, onde estão envolvidas representações, discursos e consciências (MORAES, 2000, p. 17). O território, dessa maneira, corresponde a um espaço social, construído com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza. Nas palavras do autor, é “um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga” (MORAES, 2000, p. 18-9)³. Estreitando o viés de análise e tratando da realidade colonial facultada pelos empreendimentos marítimos dos séculos XV e XVI, afirmou que nesse período pode-se perceber uma lógica territorial reprodutora das relações capitalistas de produção, ao distinguir *centro* e *periferia* na economia-mundo em gestação. A formação de um *Antigo Sistema Colonial*, assim, corresponderia à tentativa de organização dos espaços periféricos num período inicial da ocidentalização, que avança na América através da criação de *territórios coloniais* (MORAES, 2000, p.22-3).

Partindo dos autores elencados e tomando a realidade da Capitania do Rio Grande como objeto de estudo, compreendemos *território* como sendo um *espaço* apropriado em função e a partir de relações de poder, sociais e culturais. Consideramos, assim, a *territorialização* – transformação do *espaço* em *território* – como um processo que se dá pela apropriação de um indivíduo, de um grupo social ou mesmo de uma nação sobre determinada superfície da terra, dotando-a de visibilidade e de funcionalidade específicas. A ocidentalização, portanto, acarreta o

³ O autor afirma, ao discutir a gênese do conceito, que a antropogeografia de Ratzel apreendeu o território como sendo um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, definido pelo controle político de determinada superfície. Conceito que foi preterido pela hegemônica geografia regional de Vidal de la Blache, sendo reincorporado no momento em que a geografia se propunha a uma renovação em seu pensamento epistemológico, dos anos 60 em diante, através de um viés marxista.

choque de várias *territorialidades*: algumas, ocidentais (portuguesas, francesas, holandesas), cujas fronteiras eram definidas pelo índice de penetração ou da ocupação permanente no Novo Mundo, em grande parte medido pela apropriação do território visando o aproveitamento econômico (no caso português, outro elemento característico é a instalação de diferentes níveis da administração lusitana para o gerenciamento do espaço apropriado); outras, nativas, com fronteiras definidas pelos limites entre os grupos indígenas hostis e amigos, pelas linhas de demarcação das incursões das caçadas ou mesmo pelo ciclo anual de coleta de cada grupo (HEMMING, 1999, p. 423-69). O choque de ambas produziu um vasto território *colonial* e *mestiço*, que favoreceu o surgimento de agentes mediadores entre o mundo ocidental e o nativo.

CONTROLANDO O TERRITÓRIO ATRAVÉS DE CARTOGRAFIAS ADMINISTRATIVAS

O cenário que tomamos para análise é o do sertão da Capitania do Rio Grande, que se viu pontilhado de fazendas de criação de gado após os conflitos das Guerras dos Bárbaros, entre o fim do século XVII e início do século XVIII. Nas margens de quatro rios desse sertão foram construídos templos católicos, que, atraindo para os seus arredores os moradores das fazendas, originaram manchas populacionais cuja população foi se adensando com o avançar dos anos. Um desses aglomerados populacionais foi escolhido para sediar uma *cartografia da fé*, termo que utilizamos para designar a *freguesia*⁴, um dos recortes da administração lusitana sobre as terras d'além mar, que contribuía para um melhor controle dos territórios coloniais em construção. As autoridades coloniais, mormente as eclesiásticas, manifestaram preferência pela Povoação do Caicó para servir de sede para a Freguesia do Seridó (criada em 1747 e instalada um ano depois), para cujo

⁴ Freguesia é terminologia colonial para designar a paróquia. Segundo Vainfas (2000, p. 294), é “a célula básica da Igreja, assentada na atividade dos párocos em contato com suas ovelhas, mas que exigia o dispêndio da construção e manutenção das igrejas matrizes e do pagamento de uma espécie de salário aos sacerdotes, a cônica, de modo a torná-los independentes dos fiéis. Até o final do século XVII, não chegavam a 150 as paróquias no Brasil e, ainda em 1820, mal excediam 600, o que significava, na prática, que um pároco devia atender, em média, a mais de seis mil almas espalhadas por extensões enormes ou inacessíveis”. Ver, a respeito de como surgiram, historicamente, as freguesias de Portugal e como se deu sua instalação na América Portuguesa, Cascudo, 1972, p. 203-15.

concurso contaram com a contigüidade dos espaços marcados pela pecuária nas Capitanias do Rio Grande e Paraíba.

Os alicerces da construção dessa cartografia da fé estão ligados à excelência do ambiente do sertão do Rio Grande, notadamente das ribeiras das Espinharas, do Piranhas, do Sabugi e do Acauã, aliada à necessidade de campos para refrigerar e acomodar os rebanhos de gado vacum – fatores que já havia chamado a atenção de colonos desde, pelo menos, os anos de 1670. As sesmarias doadas nessas ribeiras nessa época, principalmente, a duas grandes famílias – a dos Oliveira Lêdo e a dos Albuquerque da Câmara –, em seus textos de solicitação, remeteram a um sertão hostil, inóspito, ermo e ignoto, paradoxalmente recheado de “tapuias” ou de índios Janduí e Kanindé. Provavelmente a relação dos sesmeiros recém-chegados ou de seus curraleiros e prepostos com os grupos indígenas não foi de instantânea indisposição, malgrado a constante remissão ao “gentio bravo” nos textos dos pedidos de concessão de datas e sesmarias.

Todavia, essa relação de convivência estaria abalada, vez que a interiorização da pecuária na Capitania do Rio Grande implicou no confronto entre dois mundos diferentes, o ocidental e o nativo. Não tardaram a surgir conflitos entre os curraleiros e os índios, tendo como cerne as questões que envolviam a ocupação das reservas naturais com o gado. Conflitos esses que já aconteciam no Recôncavo da Bahia de Todos os Santos desde, pelo menos, os anos 50 do século XVII e caminhavam *pari passu* com o movimento das trilhas do gado rumando em busca do sertão das Capitanias do Norte. Trata-se das Guerras dos Bárbaros.

Cessados, em parte, os conflitos e aldeada grande parcela da população indígena em missões religiosas, foi celebrado no ano de 1695 um tratado de paz entre Bernardo Vieira de Melo, capitão-mor do Rio Grande, e Taiá Açu, *principal* dos Janduí. Essa convenção primava pela paz ditada entre luso-brasílicos e índios, embora os conflitos tenham perdurado até a segunda década do século XVIII em outras ribeiras do Rio Grande (MEDEIROS FILHO, 1984, p. 125). Coincidentemente, no mesmo ano de 1695, foi construída nas proximidades da Casa-forte do Cuó um templo, intitulado na documentação da época de “Capela da Senhora Santana do Vale do Acauã”. Seu objetivo era dar assistência religiosa à região e foi bento um ano depois por intermédio do frei Antonio João do Amor Divino, paroquiano de Olinda. A ereção de uma capela dedicada à Senhora Santa Ana fez com que as

populações que já freqüentavam o local durante os perigos das guerras pudessem fixar-se de forma definitiva na ribeira, formando um arraial. A “fundação” do “Arraial do Caicó” se deu no ano de 1700, por Manuel de Souza Forte, fazendeiro na região, e pode ser compreendida como a resposta aos anseios do Senado da Câmara da Cidade do Natal em favor do povoamento do sertão com os vassalos do Rei de Portugal – referimo-nos, aqui, a uma missiva de 1692, do Senado da Câmara do Natal, que pedia a el-rei a fundação de arraiais para dinamizar o povoamento do sertão⁵.

Vinte e seis anos depois de instituído o arraial, a administração militar⁶ passou a preencher o espaço ocupado pelos moradores nos arredores da Capela da Senhora Santana. Data do ano de 1726 o início, até onde se pôde precisar, do funcionamento de Companhias de Ordenanças na Ribeira do Seridó, cuja sede deveria ficar no Arraial do Caicó⁷. Essas companhias eram o reflexo da administração colonial nos rincões da capitania e “funcionavam como fonte de recrutamento para suprimento das fileiras da tropa regular e miliciana” (LEONZO, 1986, p. 326) e seus corpos, instituídos pelo Regimento Geral das Ordenanças de 1570, eram formados pelo “engajamento obrigatório de todos os moradores de um termo (jurisdição administrativa) com idade entre 18 e 60 anos, com exceção dos eclesiásticos e dos fidalgos” (PUNTONI, 1999, p. 190). O Regimento de Ordenanças da Ribeira do Seridó teria o seu primeiro coronel na pessoa de João Gonçalves Melo – soldado desde 1726 e sargento-mor desde 1741 – nomeado através de carta-

⁵ “Pela grande extensão dos sertões considerava conveniente que Sua Majestade mandasse fundar quatro arraiais nos lugares Jaguaribe, Açú, **Acauã** e Curimataú, sendo mantidos e sustentados pela gente do Arco Verde e do Camarão, que existia de Pernambuco ao Ceará, ficando sob direção do referido mestre-de-campo, e só assim, flanqueando cada arraial pela sua parte a campanha, ver-se-iam povoar os sertões, recuperando desta sorte as perdas que tinham tido os dízimos reais” (LIRA, 1982, p. 116. grifo nosso).

⁶ No decurso do século XVIII as tropas que haviam na colônia portuguesa na América estavam organizadas em três “linhas” ou níveis: as tropas de 1ª Linha, de caráter regular (pagas); as de 2ª Linha, de caráter auxiliar, denominadas de Milícias após 1796 e as de 3ª Linha, ou Ordenanças (PEREIRA FILHO, 1998). Maria de Fátima Silva Gouvêa encara a esfera militar da administração portuguesa como sendo a “espinha dorsal” da colônia. “Ela era encabeçada pelo governador-geral, depois vice-rei, e pelos capitães-donatários. A seguir, vinham as tropas de linha, as milícias e os corpos de ordenança. Além das tarefas militares, prestavam inúmeros serviços à Coroa, desde a cobrança de impostos até a manutenção de caminhos” (apud VAINFAS, 2000, p. 17).

⁷ O historiador Olavo de Medeiros Filho, nesse sentido, afirma que “na ribeira do Seridó (Caicó) já funcionavam os corpos de ordenanças desde, pelo menos, o ano de 1726, o que aponta a presença de um arraial e de seus moradores, muito antes da fundação da freguesia”. Essa constatação decorre do fato de se saber que “o Terço dos Paulistas permaneceu no sertão até o ano de 1725. É de supor-se que, com a sua saída, tenha sido o mesmo substituído por uma companhia de ordenanças, composta de moradores locais, na qual tenha ingressado na qualidade de soldado, no ano de 1726, a pessoa de João Gonçalves de Melo” (MEDEIROS FILHO, 1984, p. 143-4).

patente de 23 de junho de 1749, emitida pelo capitão-mor do Rio Grande, Francisco Xavier de Miranda Henriques⁸.

O arraial que sediava o Regimento de Ordenanças da Ribeira do Seridó foi elevado ao status de “Povoação do Caicó”⁹ em 07 de julho de 1735, numa cerimônia de instalação da qual nos chegou o relato oficial. O ato solene ocorreu na fazenda Penedo às sete horas da manhã, iniciando com a alocução do coronel de cavalaria Manuel de Souza Forte, proferindo as palavras indicadas nas Ordenações Filipinas e ordenando a fixação do pelourinho, “para serem applicados castigos aos criminosos, aos escravos, aos ladrões e aos filhos desobedientes aos paes”¹⁰. Vivas foram irrompidas ao Rei de Portugal, Dom João V; ao Vice-Rei do Brasil, Conde de Sabugosa; ao Governador da Capitania do Rio Grande, João Teive Barreto de Menezes e ao próprio coronel Manuel de Souza Forte. Seguiu-se a celebração da Santa Missa na “Praça da Capella e da Caza da Supplicação”, pelo padre Messias José Pereira, natural de Goiana¹¹, e bênção da imagem de “Sant’Anna”, ofertada pelo cearense Luís da Fonte Rangel, seguida do “beijo”¹². Lavrada a ata, três vias foram confeccionadas, sendo uma destinada ao Governador da Capitania do Rio Grande e duas ao Vice-Rei do Brasil, para que uma cópia fosse remetida ao Rei de Portugal¹³.

Duas cartografias tinham sido traçadas para o sertão do Rio Grande. A das *ribeiras*, que considerava como seu contorno a região cortada pelo rio Seridó e pelos

⁸ Registo de uma carta patente do posto de Coronel da Ribeira do Apody, digo, da Ribeira do Ciridó passada a João glz. de Mello em 23 de junho de 1749. Transcrito e citado por MEDEIROS FILHO, 1984, p. 145-6.

⁹ Os documentos do período 1735-1788 trazem duas denominações para a povoação instalada em 1735, oscilando entre Povoação do Caicó/Caycó/Cayquó/Queiquó (os mais antigos) e Povoação do Seridó (à medida que se aproxima o ano da criação da Vila Nova do Príncipe, 1788).

¹⁰ PMC, Livro nº 02 (1734-1804). Acta da instalação da Povoação do Caicó. Transcrita e datilografada por CAMBOIM, Clementino. **Alguns ramos genealógicos que precederam ou se entroncaram em alguns famílias do Nordeste brasileiro**, p. 15-6. Essa ata também foi publicada por MEDEIROS FILHO, 1984, p. 149-50.

¹¹ O templo referido é a Capela da Senhora Santa Ana, edificada há quase meio século atrás (1695). A respeito da Casa da Suplicação, custa-nos entender a sua inserção em tal contexto, vez que, conforme Maria de Fátima Silva Gouvêa, a referida Casa, junto com o Desembargo do Paço eram sediados em Lisboa e constituíam-se nas instâncias máximas do aparelho judiciário do Império Português (apud VAINFAS, 2000, p. 18).

¹² O “beijo” se constitui num ritual católico em que os fiéis literalmente beijam a imagem de um santo ou do crucifixo, e em seguida ofertam donativos para a igreja. No caso específico da cerimônia de instalação da Povoação do Caicó, após a missa “o povo beijou reverentemente o símbolo da nossa fé, ofertando donativos tão próprios de solenidades taes”.

¹³ A transformação de arraial em povoado indica que esse pequeno núcleo populacional estava se tornando visível perante os olhos da burocracia colonial, embora a administração civil somente pudesse ser exercida de fato na vila – patamar que a Povoação do Caicó somente alcançaria em 1788. Sobre o assunto, ver VAINFAS, 2000, p. 17.

riachos que para este afluíam, apropriando-se, portanto, da toponímia desses cursos d'água para designar o espaço de instalação das fazendas de criar gado. Essas fazendas possuíam um símbolo que as distinguiu, o ferro de marcar, que era aposto no corpo das reses objetivando a sua vinculação a um proprietário e, por conseguinte, a uma propriedade rural. Além do ferro de marcar do fazendeiro, havia outra insígnia que era aplicada no couro do animal, a da ribeira. Tratava-se de uma marca comum a todos os fazendeiros da região. No caso da Ribeira do Seridó, o ferro da ribeira que era utilizado junto com o do colono era representada por um "S". Não há certeza, ainda, sobre o significado exato dessa letra: se remetia ao nome do rio que cortava a região (Seridó) ou se dizia respeito à Santa Ana, cujo templo erguido no distante 1695 a tornou patrona da ribeira (FARIA, 1984, p. 41-52).

A outra cartografia era a da *povoação*¹⁴, tímida mancha urbana surgida a partir do Arraial do Caicó e às margens do rio Seridó, cujas edificações dos moradores iam sendo construídas no largo da Capela da Senhora Santa Ana ou nas proximidades. No povoado as Companhias de Ordenanças da ribeira assumiam a função de administração civil, disciplinando o povo e conclamando a todos para a observância das normas de conduta social, até mesmo as previstas na legislação. De outro lado, os sacerdotes que celebravam missas na Capela da Senhora Santa Ana convocavam os fiéis para o respeito, o recato, a observância dos costumes pios da religião. Ambos, as ordenanças e os sacerdotes, representavam as duas instituições máximas na colônia portuguesa da América, o Estado e a Igreja. Na falta de uma dessas autoridades na povoação, a representação do Rei e do Papa não emudecia por completo, já que dois marcos simbólicos impingiam a ordem, fomentando, inclusive, as constantes relações de poder entre a Coroa e seus súditos: a capela e o pelourinho¹⁵.

Nos anos 40 do século XVIII, na Ribeira do Seridó e seus afluentes, o painel que se apresentava era o de um território pontilhado por fazendas de criar gados e

¹⁴ MORAIS, 2004, p. 77-8, discorrendo sobre a cartografia da *povoação*, afirma que "Na evolução política do Caicó, chama atenção o fato de que alguns elementos como o coronel de cavalaria, a igreja e o pelourinho, identificados pela historiografia como inerentes à formação de uma vila, já se fizeram presentes no ato de instalação da povoação, forma primeira de institucionalização de um espaço político-administrativo. É como se esta já tivesse nascido com ares de vila, expressos em algumas atribuições que passou a desempenhar no que se refere à organização e ao disciplinamento social."

¹⁵ Para maiores detalhes a respeito das relações de poder construídas em torno da capela ou do cruzeiro e do pelourinho, marcos da presença do Estado e da Igreja nas concentrações populacionais da Ribeira do Seridó, verificar MACÊDO, 2005, p. 70-76.

cuja concentração de pessoas se acumulava nas quatro manchas populacionais anteriormente referidas, que surgiram nos arredores de capelas situadas nos terraços fluviais dos rios Seridó, Piranhas, Espinharas e Acauã. Os anos de 1695, 1710, 1735 e 1738 correspondem, respectivamente, aos marcos de edificação dessas capelas, dedicadas a Santa Ana, Nossa Senhora dos Aflitos, Nossa Senhora do Ó e Nossa Senhora da Guia. Decerto a guarda das chaves e mesmo a manutenção desses templos ficava a cargo das famílias tradicionais que moravam nas proximidades e que detinham sob seu manto fazendas de gado, lavouras e escravos. Do ponto de vista da assistência espiritual, na falta de um sacerdote residente, esta era feita através das desobrigas, jornadas em que os padres, acompanhados ou não de um sacristão, percorriam as fazendas e povoados no intuito de levar os sacramentos aos lugares mais ermos e distantes. Em ocasiões como estas, casavam-se várias pessoas de uma vez só, aproveitando a presença do presbítero, quando ocorria também batizados e crismas (LAMARTINE, 1965, p. 55-7).

Em se tratando da hierarquia da Igreja Católica Romana na América Portuguesa, a Capela da Senhora Santa Ana era subordinada ao Bispado de Olinda, sobretudo, pelo fato de ter sido um frei da “Capela de Olinda” o intermediador de sua construção. Confirmando nossa assertiva, encontramos Francisco dos Santos Rocha, em 1699, escrevendo da Casa-forte do Cuó e solicitando a el-rei, por meio do Vice-Rei do Brasil, que fossem concedidos perdão de presos; indulgências para a Capela da Senhora Santana, através dos missionários de Olinda e o aval para que a mesma capela pudesse comandar os batizados e atos da religião pelos curas do Piancó, “dignados a entrar-se nos sertões” (MACEDO, 2000, p. 21-2).

Piancó designava a ribeira de mesmo nome, tributária da Ribeira do Piranhas, no território da Capitania da Paraíba. No Piancó funcionava, desde a última década do século XVII, o Arraial das Piranhas¹⁶. Neste encontravam-se reduzidos os índios Pega por intermédio do capitão-mor das Piranhas e Piancó, Teodósio de Oliveira Ledo – o mesmo que era co-proprietário de sesmaria no rio Espinharas. Posteriormente, em 1701, foi erigido um pequeno templo no arraial, de qual não se tem mais vestígios. Sucedeu-se a construção de novo templo, a Matriz de Nossa

¹⁶ Esse arraial, depois conhecido como Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso ou de Piranhas, foi elevado à vila, com o nome de Pombal (numa homenagem ao Marquês de Pombal) em 1766 (PINTO, 1977, p. 164).

Senhora do Bom Sucesso, iniciada em 1719 e concluída em 1721. A conclusão dessa matriz gerou a Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó¹⁷. Embora não saibamos com exatidão os seus marcos delimitatórios e tampouco conheçamos seu ato de criação, supomos que deveria abarcar as Ribeiras das Piranhas e de Piancó com seus afluentes – incluindo a do Seridó –, dados os limites entre as Capitanias do Rio Grande e Paraíba serem tênues o bastante para que as possessões de uma avançassem sobre a outra e vice-versa.

Numa época onde a demarcação das capitanias era vaga e a vastidão da Freguesia do Piancó reinava sobre a quantidade reduzida de ministros eclesiásticos, tornou-se interesse da Igreja Católica a racionalização do seu território. Essa preocupação tornou-se mais evidente quando Dom Frei Luís de Santa Teresa, Bispo de Pernambuco, baixou ato em Olinda no dia 20 de fevereiro de 1747, ordenando ao padre Manuel Machado Freire que, em visita aos Curatos do Icó e do Piancó, os dividisse da melhor forma possível, a fim de criar novas freguesias. O discurso do Bispo de Pernambuco é bastante notório ao referir-se à atenção com seu aprisco, quando declara que

Por termos cabal noticia do copioso povo que nos Sertões do Nosso Bispado há, e que cada vez cresce mais em numero, principalmente nos Districtos do Icó, e Piancó, e incumbir ao Nosso Pastoral officio **acodir com o Pasto Espiritual a tantas Ovelhas Nossas; e vermos que a providencia mais efficaes que lhe podemos dar, é a divisão das Igrejas** e multiplicidade dos Parochos para que mais prontamente se acuda com os Sacramentos e fiquem mais bem assistidos os Parochianos (grifos nossos)¹⁸.

Em atenção à ordem de Dom Luís, o padre Manuel Machado Freire, “Visitador Geral dos sertões da parte do Norte”, estando no Piancó, desmembrou da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso uma nova freguesia, com título e invocação a “Santa Anna”. Era 15 de abril de 1748. Nascia, naquele momento, a Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, com sede na Povoação do Caicó, cujos limites também foram deliberados pelo visitador. A forma como os contornos foram

¹⁷ SEIXAS, 1961, p. 19-47. MEDEIROS FILHO, 1981, p. 5, todavia, discorda dessa data, afirmando que somente em 1731 a Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso fora constituída em freguesia.

¹⁸ FGSSAS, Livro de Tombo nº 1 (1748-1906). Cópia fiel do Edital do R^{mo} Viz^{or} Manoel Machado Freire, pelo qual se dividiu esta Freguesia de Santa Ana do Seridó, da, de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó ou Pombal em 15 de abril de 1748.

traçados demonstra que o sertão já tinha seus caminhos, rios, serras e vales parcialmente conhecidos.

A demarcação feita por esse vigário quando visitou o Piancó baseava-se no curso natural dos rios, agregando duas ribeiras: a das Espinharas, das suas nascentes até a foz – de onde uma linha imaginária era percorrida até atingir os limites da Freguesia de São João Batista do Açu – e a “Ribeira do Seridó, suas vertentes e todas as mais que d’esta parte correm para o dito Rio de Piranhas”¹⁹. Esse texto nos permite ter a visibilidade da “primeira delimitação do espaço que viria a ser conhecido como Seridó”, que não mais se representa apenas pelo curso d’água homônimo: “Agora, é uma malha de rios: Acauã, Seridó, Espinharas e Piranhas. Estende-se seu espaço de abrangência, um território que deveria acomodar um domínio institucional, um *locus* esquadrihado para que o poder se exerça”, como apregoeou Muirakytan Macêdo (MACÊDO, 2005, p. 67-8).

Passados três meses da visita do padre Manuel Machado Freire ao Piancó, homens, mulheres e crianças aglomeravam-se na pequena Povoação do Caicó, notadamente numa área plana e ladeada por serrotes e cordões de pedra, próxima a um poço d’água no leito do rio Seridó – conhecido, nos dias atuais, como Poço de Sant’Ana. Provavelmente era manhã quando o padre Francisco Alves Maia, perante a multidão presente na planície, abençoou uma cruz, símbolo do martírio de Cristo, para que servisse de marco do local onde deveria ser “fundada e erecta a Matriz com a invocação de Senhora Sant’Ana, por ser este o lugar mais cômodo e para onde podia concorrer o povo com conveniencia comum para todos”²⁰.

Um lugar cômodo e conveniente para todos, já que a pequenina capela de que dispunha o povoado, erguida há pouco mais de meio século – no fenecimento das batalhas sangrentas entre os nativos e as tropas coloniais –, ficava encravada num alto, em terreno acidentado e lastrado de serrotes de pedra, aonde se chegava após a passagem do leito do rio Seridó. Espaço que, decerto, dificultava o acesso aos fiéis, especialmente os de avançada idade. Imaginamos que as paredes dessa capela – também dedicada à Senhora Santa Ana – não fossem mais capazes de reunir, sob o mesmo teto, os moradores da povoação e dos arredores, cujas cifras aumentavam ao passo que também se avultava o número de fazendas de gado na

¹⁹ FGSSAS, Livro de Tombo nº 1 (1748-1906). Cópia fiel...em 15 de abril de 1748.

²⁰ FGSSAS, Livro de Tombo nº 1 (1748-1906). Cópia do termo de designação do lugar que foi achado mais cômodo para a ereção da nova Matriz da Senhora Santa Anna, em 26 de julho de 1748.

Ribeira do Seridó e, por conseguinte, da presença de famílias com seus agregados. Era necessário, naquele momento, que um novo templo – maior e situado em terreno de melhor acesso – pudesse suprir as necessidades espirituais dos moradores do Caicó e das fazendas situadas à pequena distância. Com a instalação da freguesia, a outrora Capela da Senhora Santa Ana, contígua à antiga Casa-forte do Cuó, ficou reduzida eclesiasticamente à condição de Capela de Nossa Senhora do Rosário (MEDEIROS FILHO, 1984, p. 143)²¹.

A determinação de um local para a construção desse templo somente foi possível naquele momento graças à doação de uma faixa de terras pelo tenente José Gomes Pereira e sua esposa, dona Ana Maria da Assunção, onde deveria ser levantada a matriz e a casa do “Reverendo Pároco e seus sucessores”. Corria o ano de 1748 e a cerimônia presidida pelo padre Francisco Alves Maia naquele distante 26 de julho consubstanciava a instalação da freguesia mater do Seridó. Somente entendemos com clareza o surgimento dessa freguesia se a enxergarmos como sendo parte integrante de um movimento mais amplo, o de conquista do sertão da Capitania do Rio Grande, possibilitado pelo alargamento da fronteira da pecuária, à medida que o Rei de Portugal – através do capitão-mor – doava porções de terra para serem ocupadas pelo gado, por lavouras e pelos cristãos.

EM BUSCA DE UM MAPA PARA A FREGUESIA

Custa-nos estabelecer, entendido o processo de gestação da Freguesia do Seridó, os seus limites territoriais. A aproximação que fazemos de como seriam os seus contornos é, assim, resultante da representação que fazemos dos territórios apadroados por Santa Ana, no século XVIII, a partir dos dados oferecidos pela historiografia regional e por documentos manuscritos e impressos da época. Antes que possamos visualizar este mapa que traçamos da Freguesia de Santa Ana, é

²¹ Esse templo ainda existia no ano de 1788. Em 03 de dezembro faleceu e no dia posterior foi sepultado na citada Capela de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Príncipe o cadáver da jovem Ludovina Corrêa (FGSSAS, LE nº 01 - 1788-1811, p. 8v). Doze anos depois (1800), o índio Antonio Carlos – casado com a crioula Rosa Maria – seria sepultado no sítio determinado para a Capela do Rosário (FGSSAS, LE nº 01 - 1788-1811, p. 68v). Não se tratava mais da capela próxima da antiga casa-forte, mas, de um outro templo (o atual Santuário de Nossa Senhora do Rosário, em Caicó-RN), cuja edificação estava em andamento. Segundo Medeiros Filho, 2001, p. 115, o desaparecimento da velha capela da fazenda Penedo se deu entre os anos de 1789 e 1800, por razões que ainda não se pôde determinar.

necessário registrar que outros historiadores, antes de nós, já haviam se dado conta desse recorte espacial – e, mais que isso, da imbricação das cartografias da freguesia com a da Vila do Príncipe, bem como sua importância para o processo de regionalização do Seridó.

Um dos primeiros – senão o primeiro – foi Nestor Lima, que, em 1930, ao reconstituir aspectos históricos e geográficos dos municípios do Rio Grande do Norte, dedicou sua atenção a Caicó. Município que considerou como o mais antigo e importante da “zona seridóense” (sic), compreendendo, outrora, “toda a fértil região da ‘Ribeira do Seridó’”, diminuindo seu território com a criação dos municípios de Acari, Jardim do Seridó e Serra Negra do Norte (LIMA, 1990, p. 27)²².

Essa preponderância de Caicó em relação às outras municipalidades da região também encontrou seu eco na obra de José Augusto Bezerra de Medeiros. Este, em 1940, ao tratar do povoamento da “zona do Seridó”, afirmou que o município de Caicó compreendia, além dos seus limites, os das circunscrições de “Acary, Jardim do Seridó, Serra Negra, Curraes Novos, Flores, Parelhas, Jacurutú”, que do primeiro se desmembraram (AUGUSTO, 2002, p. 13-4).

Em 1954 o autor empreendeu uma discussão acerca dos limites do Seridó, entrando no mérito da confusão que havia, nos tempos coloniais, entre as capitânicas da Paraíba e do Rio Grande. Lembrou, a propósito, do papel do padre Francisco de Brito Guerra, na década de 1830 – além de vigário da Freguesia de Santa Ana, na época, ocupava o cargo de deputado geral do Império representando a Província do Rio Grande do Norte – como figura que contribuiu, com sua força política, para a manutenção dos territórios da Vila do Príncipe (AUGUSTO, 1954, p. 61-74).

Seis anos mais tarde, numa conferência pronunciada por ocasião de sua posse como sócio efetivo da Sociedade Brasileira de Geografia (1960), José Augusto tornou a tratar da importância de Caicó como pilar da construção da história territorial do Seridó. Considerando a emancipação administrativa do Seridó em 1788 – ano da criação do município da Vila Nova do Príncipe, posteriormente chamado de Caicó –, afirmou que

²² No conjunto de informações acerca de Caicó, o autor tratou dos documentos presentes no Livro de Tombo nº 1 da Freguesia de Santa Ana, comentando desde a criação desta até uma demarcação de suas terras ocorrida em 1823, citando, também, as irmandades sediadas em seu território.

Com o desenvolvimento crescente do Seridó, do ponto-de-vista demográfico, político, social, econômico, surgidos vários núcleos de população mais ou menos densa, outros municípios foram-se destacando e desmembrando, a princípio o Acari, depois o Jardim do Seridó e Serra Negra, no período monárquico, Currais Novos, Flores, hoje Florânia, Parelhas, Jucurutu, São João do Sabugi, Ouro Branco, São Vicente, Cruzeta, Cerro Corá, Carnaúba dos Dantas, São Fernando, Jardim de Piranhas, após a proclamação da República, em um total de dezesseis (AUGUSTO, 1961, p. 14-5).

Caicó como núcleo do povoamento do sertão e centro irradiador da cristandade. Essa qualidade também foi objeto da descrição que Eymard L'Eraistre Monteiro fez em 1945, a propósito da composição de "subsídios para a história completa do município", subtítulo de sua obra. Ao tratar da freguesia, como Nestor Lima, utilizou-se dos documentos contidos no seu primeiro Livro de Tombo. Após citar o termo do visitador Manuel Machado Freire, que criou o Curato de Santa Ana do Seridó, afirmou que esta freguesia "compreendia desde as atuais Freguesias de Patos e Cuité, na Paraíba, assim como as de Acari e Jardim que depois se desmembraram" (MONTEIRO, 1945, p. 41) – primando, portanto, pela abastança territorial da Freguesia de Santa Ana.

Abastança que também seria referida por outro sacerdote que exerceu seu ministério em Caicó, José Adelino Dantas. Este, tratando das mesmas questões de limites com a Paraíba referidas por José Augusto em 1954, afirmou que "O território compreendido nessa nova paróquia [a de Santa Ana do Seridó] era muito vasto. Além de toda a região do Seridó propriamente dito, incluíam-se os territórios das futuras freguesias de Patos, de Santa Luzia, capela de Pedra Lavrada, Picuí e Cuité" (DANTAS, 1962, p. 154). Mesmo sem descrever com precisão até onde iam as terras abençoadas por Santa Ana, José Adelino Dantas cravou, em sua versão da história do Seridó, uma definição do território da freguesia que mais se parece com a que traçamos.

Os historiadores acima examinados, contudo, apenas representaram a Freguesia de Santa Ana por meio dos limites geográficos presentes no seu Livro de Tombo mais antigo ou dos desmembramentos territoriais que esta sofreu ao longo do tempo – sempre, diga-se de passagem, reservando ao município de Caicó um lugar de relevo por estar no centro da irradiação do povoamento branco e católico. O primeiro trabalho de cunho historiográfico que conhecemos a fugir da descrição dos limites da freguesia apenas na forma textual e situar os contornos da administração

eclesiástica de forma gráfica, num plano, foi o de Maria Regina Mendonça Furtado Mattos.

Trata-se da dissertação elaborada pela autora para obtenção do grau de Mestre em História na Universidade Federal Fluminense (1985), trabalho monumental do ponto de vista da quantidade de fontes analisadas, onde estudou os fatores responsáveis pela interrupção do desenvolvimento sócio-econômico da Vila do Príncipe, no período de 1850 a 1890, que acarretou a caracterização desse lugar como portador de população extremamente pobre (MATTOS, 1985). Abordando a área estudada do ponto de vista da geografia e do seu processo histórico de construção, Maria Regina Mendonça Furtado Mattos traçou, num plano, uma representação que intitulou “Mapa II: O Sertão do Seridó no século XVIII”. Essa carta geográfica traçada pela autora sobre o “Mapa Phytogeographico das Províncias da Parahyba e do Rio Grande” (1899), embora não tenha se referido diretamente à Freguesia de Santa Ana, guarda, aproximadamente, as linhas do seu perímetro definidas no ato de criação do visitador Manuel Machado Freire. Alocando, no mapa, os lugares Caicó, Acari, Cuité e Patos, a historiadora inscreveu o Sertão do Seridó como estando situado na fronteira entre as duas antigas Capitâneas da Paraíba e Rio Grande, realidade já configurada desde a criação da freguesia de que estamos falando, em 1748.

A representação cartográfica do Sertão do Seridó incluída no estudo de Maria Regina Mendonça Furtado Mattos certamente inspirou o historiador Muirakytan Kennedy de Macêdo a construir, também, o seu mapa da Freguesia de Santa Ana. Na dissertação de mestrado em Ciências Sociais (1998), ao estudar a formação da imagem identitária do Seridó amparado no discurso regionalista, o autor fez uma análise sobre o espaço seridoense entre os séculos XVII e XIX. Seguindo os vestígios deixados por documentos citados pela historiografia regional – a mesma que sondamos há pouco, acrescida de outros autores –, propôs uma arguta e penetrante “construção cartográfica do Seridó”, onde expôs a maneira como foi definida a demarcação do Seridó do ponto de vista físico (MACÊDO, 1998, p. 54-69). Como resultado dessa investigação, apresenta um mapa contendo os “Limites da Freguesia da Gloriosa Senhora Santana”.

Seu esboço de como a Freguesia de Santa Ana se apresentaria no plano cartográfico assemelha-se ao que Maria Regina Mendonça Furtado Mattos produzira

anteriormente, entretanto, diferencia-se por um melhor refinamento estético. Mais que isso: a sua representação da freguesia está baseada na malha hidrográfica das ribeiras do Piranhas, Espinharas, Seridó e Acauã – por onde o visitador Manuel Machado Freire, no longo 1747, imaginara que deveria se espriar o território de Santa Ana. A base cartográfica escolhida por Muirakytan Macêdo para a composição do seu recorte da Freguesia de Santa Ana, dessa forma, foi um mapa hidrográfico do Rio Grande do Norte oriundo do antigo Instituto de Desenvolvimento Econômico – IDEC (MACÊDO, 1998, p. 27).

Em 2002, quando produzimos uma monografia de graduação em História acerca da presença indígena no Seridó entre o final do século XVIII e início do século XIX, em contraposição à idéia de *desaparecimento* dos nativos propugnada pela historiografia regional, o recorte geo-histórico escolhido foi o da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó. Antes de procedermos à análise dos registros de batizados, casamentos e enterros envolvendo índios, historicizamos a construção territorial da freguesia e também elaboramos a nossa representação cartográfica dos seus limites. Essa representação, construída com base nos documentos do Livro de Tombo – transcritos por Eymard Monteiro – e nas descrições da freguesia que conseguimos para os séculos XVIII e XIX, resultou em um mapa mostrando os domínios da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó até o ano de 1788, quando atingiu o máximo de extensão territorial, situando suas capelas, povoações e vila (MACEDO, 2002, p. 96).

Dois anos depois, ao perscrutar, em sua tese de doutoramento em Ciências Sociais (2004) acerca da geografia da resistência dos habitantes do Seridó, Ione Rodrigues Diniz Moraes também tracejou um panorama geo-histórico da região. Partindo de documentos manuscritos – sobretudo de origem paroquial e judiciária – e de informações fornecidas pela historiografia regional, a autora construiu uma série cartográfica que vai desde o mapa da Freguesia do Bom Sucesso até o da de Santa Ana, bem como os que retratam o desmembramento desta última (MORAIS, 2004, p. 75). Ione Moraes construiu essa série de mapas tomando como base a Malha Municipal Digital do Brasil (1997), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstrando o esmero e a aspiração ao exato de uma geógrafa que mantém profícuos diálogos com a História.

Esse mapa guarda certa semelhança com o que elaboramos em 2002, entretanto, não temos a intenção, hoje, de traçar limites rigorosamente pontuais para uma freguesia do século XVIII da qual nem mesmo possuímos um mapa da época em que foi oficialmente criada. Além de não possuímos tal instrumento – que, em existindo, seria de fundamental importância para compreendermos o que os cartógrafos ou os sacerdotes dos anos de 1740 pensavam a respeito da geografia da Paraíba e Rio Grande –, sabemos da incapacidade que temos de reproduzir a realidade, deveras a do passado. Quando muito, especialmente no caso dos acontecimentos situados cronologicamente antes de nós, podemos reconstruir pequenos e delicados fios da trama de uma frágil urdidura que é o passado. Foi pensando dessa maneira que reelaboramos o mapa da Freguesia de Santa Ana de 2002 (ver Figura 01 apresentada no final deste artigo).

Esse mapa, que teve como referencial um outro da lavra do Instituto do Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA) e Secretaria de Estado do Planejamento e Finanças (SEPLAN) produzido em 1997, segue a orientação preconizada por Muirakytan Macêdo de tomar como premissa a malha hidrográfica das ribeiras do Piranhas, Espinharas, Seridó e Acauã, a qual, de acordo com a documentação que criou a freguesia, constitui a área de controle espiritual onde estariam situados os fregueses de Santa Ana. Dentro da trama hidrográfica apresentada no mapa, foi feito um destaque (traço mais espesso) para o rio Seridó, que, no ato de criação da freguesia, agregou-se ao nome da mulher que foi avó de Jesus e é venerada como padroeira dos pastores e vaqueiros, segundo a tradição popular.

Nos terraços fluviais dos cursos d'água situamos com números os locais onde surgiram os aglomerados populacionais a partir da perda de intensidade das Guerras dos Bárbaros, com as respectivas datas de ereção dos templos: 1 – a Vila Nova do Príncipe, criada em 1788 a partir da Povoação do Seridó/Caicó e que era a sede da freguesia, contando com dois templos, a Capela de Nossa Senhora do Rosário do Penedo (1695) e a Matriz da Senhora Santa Ana do Seridó (1748); 2 – a Povoação de Nossa Senhora dos Aflitos do Jardim das Piranhas (1710); 3 – a Povoação da Nossa Senhora do Ó da Serra Negra, cujo primeiro templo foi erguido em 1735 e transferido para o local onde se encontra até hoje em 1774; 4 – a Povoação de Nossa Senhora da Guia do Acari (1738); 5 – a Povoação de Santa

Luzia do Sabugi (1756); 6 – a Povoação de Nossa Senhora da Guia dos Patos (1772); 7 – a Povoação de Nossa Senhora da Luz da Pedra Lavrada (aproximadamente década de 1770); 8 – a Povoação de Nossa Senhora das Mercês da Serra do Cuité (1801).

Acrescemos, ainda, que a delimitação da área da freguesia não tem seus contornos definidos com uma linha, vez que, como afirmamos acima, é bastante perigoso, na falta de um mapa oficial desse curato, delinear uma representação com limites exatos. Optamos, então, por propor a visibilização do território abençoado por Santa Ana por meio de uma mancha²³, que cobre a malha hidrográfica já mencionada e mais os seus espaços adjacentes. A composição dessa nódoa seguiu como ponto de partida as fontes manuscritas da Paróquia de Santa Ana, da Comarca de Caicó e do Laboratório de Documentação Histórica, bem como os relatos de diferentes épocas sobre a freguesia e a historiografia regional. Trata-se de mais uma representação cartográfica sobre a área de abrangência da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó – assim como as que foram produzidas por Maria Regina Mendonça Furtado Mattos, Muirakytan Kennedy de Macêdo e Ione Rodrigues Diniz Moraes.

O mapa que pretendíamos montar do perímetro da freguesia era mais arrojado que o apresentado ao final deste texto. Estava em nossos planos elaborar uma representação cartográfica fruto da comparação entre o conjunto hidrográfico apontado no ato que criou a freguesia (1748) e os sítios, fazendas e povoações por onde os sacerdotes a esta ligados passaram, realizando desobrigas, casamentos e batizados. Seria um mapa onde poderíamos visibilizar os limites efetivos do território protegido pelo manto de Santa Ana, por cujos caminhos seus curas, párocos, pró-párocos, coadjutores, vigários, vice-vigários e capelães andaram, levando consigo o auxílio espiritual aos fregueses. Essa tarefa, porém, demonstrou-se hercúlea para nós neste momento, por razões de ordem documental (os assentos de morte, casamento e batizado iniciam, respectivamente, em 1788, 1789 e 1803, quarenta anos depois, no mínimo, da criação da freguesia) e prática (o exíguo tempo para realização da pesquisa de campo e construção do mapa).

²³ A idéia de representar a Freguesia do Seridó através de uma mancha – denotando o seu caráter de volatilidade – e não mais através de linhas ou contornos fixos é de autoria do Professor Muirakytan Macêdo, que a expôs em uma dos encontros da Base de Pesquisa “Formação dos Espaços Coloniais: economia, sociedade e cultura”, do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao exposto nas páginas que nos antecederam, a produção do território da Freguesia do Seridó deu-se a partir dos últimos anos do século XVII, avançando pelos anos de 1700, época em que a pastorícia começou a exercer uma posição social e cultural na América Portuguesa, consolidando a obra da conquista (LINHARES, 1995, p. 5). O surgimento das freguesias no século XVIII, por conseguinte, acompanhava o ritmo do povoamento e o território que abrangiam possuía “uma forte homogeneidade econômica e social” (SILVA e LINHARES, 1995, p. 4). Assim, a instalação de um cruzeiro no dia de Santa Ana de 1748, na Povoação do Caicó, significava mais que a delimitação de um território da cristandade: era a própria reafirmação de posse da terra pela Coroa Portuguesa, amalgamada com a Igreja Católica pelos liames do Padroado Régio.

A partir de 1788 o território da Freguesia do Seridó passaria por diversas fragmentações, tendo perdido partes de seus domínios territoriais devido à criação de novos curatos. Situação que se sucederia tendo em vista uma questão de ordem crucial: “um território demasiadamente extenso para o eficiente desempenho dos serviços religiosos” (MORAIS, 2004, p. 79). Inicialmente, de seu território, originou-se a Freguesia de Nossa Senhora da Guia dos Patos, na Ribeira das Espinharas, por ato de Dom Diogo de Jesus Jardim, Bispo de Pernambuco, de 10 de julho de 1788²⁴. Em 1801 seria a vez da Serra do Cuité e limítrofes transformarem-se em freguesia, com o título e invocação a Nossa Senhora das Mercês, através de Edital do Visitador João Feio de Brito Tavares, em nome do Bispo de Pernambuco, Dom José Joaquim da Cunha e Azevêdo Coutinho, datado de 12 de agosto daquele ano²⁵. No ano de 1835, por seu turno, desmembrou-se da freguesia mater do Caicó a de Nossa Senhora da Guia, do Acari, na Ribeira do Acauã, institucionalizada pela Lei Provincial nº 15, de 13 de março de 1835²⁶.

²⁴ FGSSAS, Livro de Tombo nº 1 (1748-1906). Cópia fiel da Provizão do Senhor Bispo Dom Diôgo de Jesus Jardim, pela qual se dividiu a Freguesia dos Patos desta do Seridó em 10 de julho de 1788.

²⁵ FGSSAS, Livro de Tombo nº 1 (1748-1906). Cópia do Edital de Divisão da Nova Freguesia de Nossa Senhora das Mercês da Serra Cuité, feita pelo Reverendo Vizitador João Feio, em 12 de agosto de 1801.

²⁶ FGSSAS, Livro de Tombo nº 1 (1748-1906). Lei nº 15, de 13 de março de 1835. No decorrer do século XIX, a Freguesia de Santa Ana sofreria mais duas fragmentações, originando as de Nossa Senhora do Ó, da Serra Negra (1858) e a de São Miguel (1874), do Jucurutu (CASCUDO, 1972, p. 213-4).

Importante anotarmos que, tendo a Igreja Católica papel crucial na organização do território colonial, a redução das terras sob jurisdição da Gloriosa Senhora Santa Ana não representava apenas a diminuição da freguesia, mas, a reorganização territorial das Capitanias do Norte – sobretudo a do Rio Grande e a da Paraíba. Assim, nas palavras de Ione Moraes, “A fragmentação da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Anna implicou em um rearranjo da estrutura regional, com implicação na identificação de localidades. Ao vincular os nomes dos lugares aos das freguesias, a Igreja Católica semeava vestígios de identidade entre os homens e o espaço” (MORAIS, 2004, p. 81-2).

Embora fragmentada, a Freguesia de Santa Ana concorreu para a construção dos contornos territoriais que, no futuro, iriam imprimir os sentidos de uma *região* chamada de *Seridó*. Isto porque

particularmente no período colonial, a administração eclesiástica precedeu em muito as estruturas administrativas civis. Assim, tendo em vista as necessidades da catequese – pilar da colonização lusa – criar-se-iam, de forma precoce, as estruturas da paróquia e, somente bem mais tarde, chegariam os forais estruturadores das câmaras e vilas. Decorria, desta forma, com naturalidade que o poder público recorresse aos párocos para obter informações e serviços de que necessitava, compondo-se, assim, a estrutura básica do padroado. Desta forma, a administração pública, de cunho civil, confundia-se claramente com a estrutura administrativa da Igreja, onde a área de atuação dos párocos era bastante bem definida, impondo-se que as áreas de administração religiosa, fossem tomadas como unidades básicas da administração pública (SILVA e LINHARES, 1995, p. 4).

No sertão do Rio Grande essa situação não foi diferente. A demarcação da Freguesia do Seridó serviu de base para os limites territoriais da primeira unidade administrativa municipal da ribeira, a Vila Nova do Príncipe. Esta foi criada por Alvará de 31 de julho de 1788, expedido pelo capitão-mor de Pernambuco, Dom Tomás José de Melo, por intermédio do ouvidor geral da Comarca da Paraíba, desembargador Antonio Filipe Soares de Andrade Brederodes (AUGUSTO, 1954, p. 11-2). A vila foi estabelecida sobre dois contornos, o da freguesia e o da Povoação do Seridó, abrangendo, portanto, glebas da Capitania do Rio Grande e da Paraíba. Por causa disso, querelas incessantes entre as autoridades políticas da Paraíba e do Rio Grande teriam lugar desde o final do Antigo Regime, prosseguindo pelas Cortes Imperiais, em torno da posse da Ribeira do Seridó.

Analisamos, portanto, o processo de transformação das paisagens habitadas pelos nativos num território colonial demarcado pela cartografia da fé. As questões territoriais envolvendo a indefinição dos limites das duas capitanias citadas, advindas da expansão da fronteira pecuarística e da instalação de uma freguesia católica no sertão do Rio Grande, perdurariam até os anos 30 do século XIX. Nesse momento, a Ribeira do Seridó e de seus afluentes encontrava-se sob a proteção, na sua banda ocidental, da Senhora Santa Ana e, na oriental, da Virgem da Guia – oragos que representavam as duas maiores freguesias da porção centro-sul da Capitania do Rio Grande. Índios, brancos, negros e mestiços seriam as personagens que conviveriam nesse território marcado pela (sempre presente) superposição de cartografias de poder do século XVIII em diante.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, José. *A região do Seridó*. Natal: Edições Cactus, 1961.

AUGUSTO, José. *Famílias Seridoenses*. 2.ed. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

AUGUSTO, José. *Seridó*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Uma história da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1972.

CASTRO, Cláudio Eduardo; MARQUES, Ana Rosa. Espaço, um conceito histórico: desdobramento da evolução do pensamento, da Escola Alemã à década de 50. *Outros tempos*, v. 2, 2005, p. 81-7, São Luís, UEMA. Disponível em <<http://www.outrostempos.uema.br>>. Acesso em: 23 jan. 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; COSTA, Paulo César da ; _____. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 15-47.

DANTAS, José Adelino. *Homens e fatos do Seridó antigo*. Garanhuns: O Monitor, 1962.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Ferro de Ribeiras do Rio Grande do Norte*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1984 (Col. Mossoroense, série C, v. 241).

GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a produção do espaço. *Estudos geográficos*. Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 29-42, junho 2004.

GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SILVA, Carlos A. Franco da et al (orgs). *Território, territórios*. Niterói: PPGeo-UFF/AGB, 2002. p. 17-38.

HAESBAERT, Rogério. *Território, poesia e identidade*. Texto apresentado na Mesa-redonda "Geografia: ciência ou arte?", durante o I Seminário Geografia e Arte, Niterói-RJ, 1995. Mimeo.

HEMMING, John. Os índios e a fronteira no Brasil Colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 1999. v.2. p. 423-69.

IVO, Isnara Pereira. A conquista do sertão da Bahia no Século XVIII: mediação cultural e aventura de um preto forro no Império Português. II Simpósio Nacional Escravidão e Mestiçagem, Curitiba, 2005. *Anais...* Disponível em <<http://www.escravidao.cjb.net>>. Acesso em: 10 jan.2006.

LAMARTINE, Juvenal. *Velhos costumes do meu sertão*. Natal: Fundação José Augusto, 1965.

LEONZO, Nanci. Instituições militares. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Estampa, 1986. p. 323-8.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine. Mélanges offerts à Frédéric Mauro*, vol. 34, Lisboa/Paris, dez.1995.

LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 2.ed. Natal: Fundação José Augusto; Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982.

LOPES, Fátima Martins. *Missões Religiosas: Índios, Colonos e Missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. 1999. 210p. Dissertação de Mestrado (História do Brasil) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Quando o sertão se descobre: os documentos pombalenses e a redescoberta da história do Seridó colonial. *O Galo – Jornal Cultural*, ano XI, nº 4, abril/maio de 2000. p. 19-22, Natal, Fundação José Augusto

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Vivências Índias, mundos mestiços: relações interétnicas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó entre o final do século XVIII e início do século XIX*. 2002. 169p. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense*. 1998. 200p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. *Vila do Príncipe - 1850/1890*. Sertão do Seridó - Um estudo de caso da pobreza. 1985. 247 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Notas para a História do Rio Grande do Norte*. João Pessoa: Unipê, 2001.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhas famílias do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981

MONTEIRO, Eymard L'Eraistre. *Caicó: subsidios para a historia completa do municipio*. Recife: Escola Salesiana de Artes Gráficas, 1945.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da Formação Territorial do Brasil – O território colonial brasileiro no 'longo' século XVI*. São Paulo: Hucitec. 2000.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. *Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência*. 2004. 448p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.

PEREIRA FILHO, Jorge da Cunha. Tropas militares luso-brasileiras nos séculos XVIII e XIX. *Boletim do Projeto Pesquisa Genealógica sobre as origens da Família Cunha Pereira*, ano 03, n. 12, 01.mar. 1998. p. 46-80.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a História da Paraíba*, v. 1. 2.ed. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 1977 (Col. Documentos Paraibanos, v. 3, ed. fac-similar).

PORTO, Maria Emília Monteiro. *Jesuítas na Capitania do Rio Grande* (séculos XVI-XVIII): Arcaicos e Modernos. 2000. 271p. Tese (Doutorado em História). Universidad de Salamanca. Salamanca.

PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira na América Portuguesa (1550-1700). *Novos Estudos CEBRAP*, n. 53, mar. 1999, p. 189-204.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SEIXAS, Wilson. *O Velho Arraial de Piranhas (Pombal) no centenário de sua elevação a cidade*. João Pessoa: A Imprensa, 1961.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da & LINHARES, Maria Yedda L. Região e história agrária. *Estudos Históricos*, v. 8, n. 15, 1995, p. 17-26, Rio de Janeiro.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; COSTA, Paulo César da; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 15-47.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1822)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000

FONTES

Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (Casa Paroquial São Joaquim, Paróquia de Santa Ana, Caicó, RN)

Livro de registro de enterros nº 01 (1788-1811)

Livro de Tombo nº 01 (1748-1906)

Acervo particular do Sr. Neemias Gurgel (Caicó/Natal, RN)

CAMBOIM, Clementino. **Alguns ramos genealógicos que precederam ou se entroncaram em alguns famílias do Nordeste brasileiro.** Caicó: s/d. 33p. Manuscrito datilografado. [inclui a “Acta da instalação da Povoação do Caicó”, transcrita pelo autor do Livro nº 02 da Prefeitura Municipal de Caicó – 1734-1804, atualmente desaparecido]

Como citar este artigo

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó: historicidade e produção do território. **Rev. Espacialidades** [online]. 2008, vol. 1, no. 0, 28p.

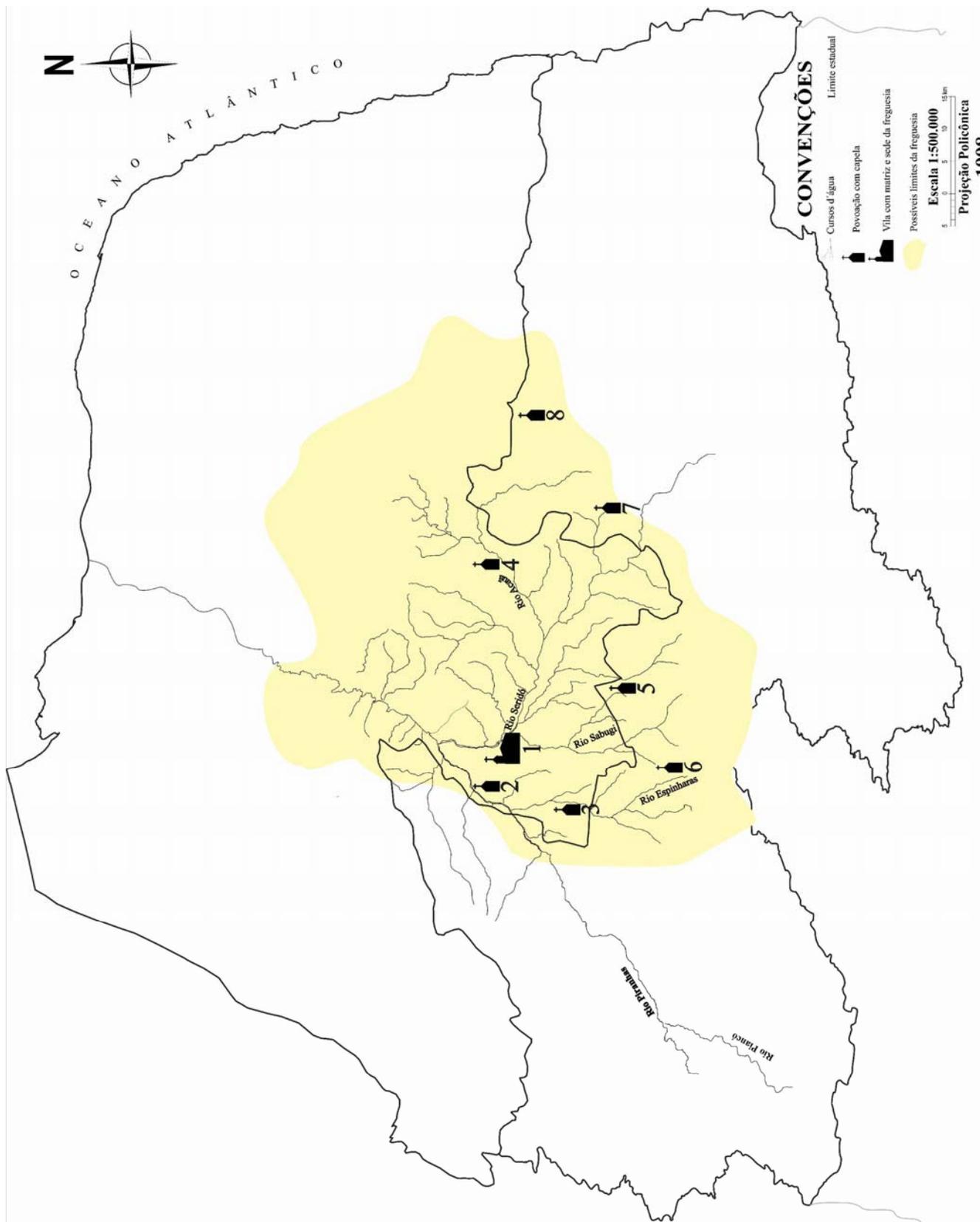


Figura 01
 Provável área de abrangência da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó até 1788